

# Brasília-DF



VICTOR CORREIA (INTERINO)  
victorcorreia.df@dabr.com.br

## Tarja preta

Para além do lobby nos corredores do Congresso, vale lembrar que o Google, por exemplo, colocou uma tarja em sua página principal alegando que o projeto mexeria com as definições de verdade e mentira. O Telegram, outro exemplo, fez disparos em massa pelo seu próprio canal, pedindo que seus usuários pressionassem os deputados contra o texto. Com a iminente volta do assunto à pauta da Câmara, a partir de fevereiro, as big techs se armam novamente para a luta, que promete ser mais dura do que foi meses atrás. Devem, porém, ser mais cuidadosas na abordagem.

## Lenha na fogueira

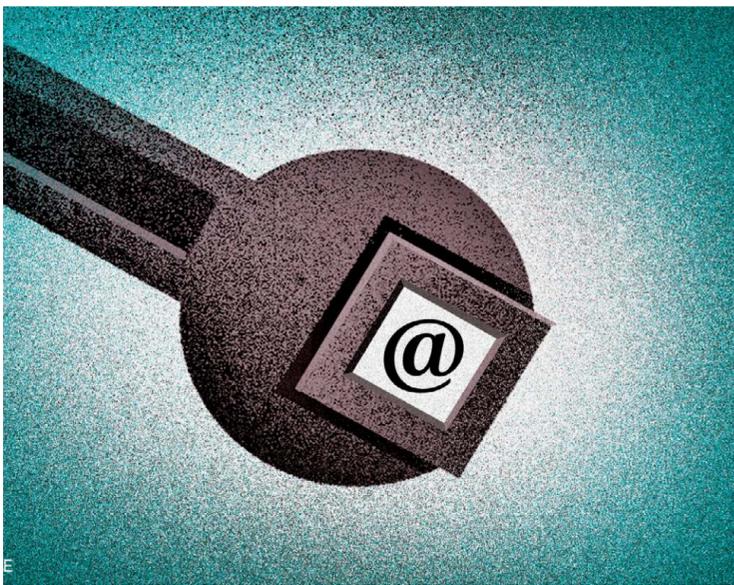
A regulamentação das redes voltou a ser defendida pelo governo depois de a conta da primeira-dama Janja no X (antigo Twitter) ter sido hackeada. Logo depois, as mortes de Jéssica Vitória Canedo e do youtuber PC Siqueira, causadas pela exposição negativa nas redes, fomentaram o debate sobre os limites nas plataformas.

Os deputados André Janones (Avante-MG) e Jandira Feghali (PCdoB-RJ) pediram urgência à tramitação do projeto por conta desses casos. O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), espera aprovar a matéria a tempo das eleições de outubro.

# Governo jogará bruto no PL das Fake News

O governo vai entrar pesado, no início do ano, na briga pela aprovação do PL das Fake News, embalado pelos casos recentes de invasões por hackers e tragédias causadas pela exposição nas redes. A matéria está na lista de prioridades da base governista, com a ciência do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que avalia a temperatura e estuda como articular a votação.

No ano passado, Lira segurou o projeto para evitar uma derrota do governo considerada certa. Não havia consenso sobre o texto. Pesou, ainda, a forte campanha das big techs — violenta ao ponto de Lira apontar, publicamente, o “desrespeito” das empresas em relação à atividade parlamentar. Tanto que prometeu acionar os órgãos devidos para as responsabilizá-las. As plataformas também foram alvo do Ministério da Justiça à época.



## Messias no aquecimento

Para aprovar o PL das Fake News, o governo terá que convencer, sobretudo, a bancada evangélica — alvo prioritário da pressão das big techs. Teve até notícias falsas circulando, divulgadas por parlamentares claramente contrários ao PL, mentindo que a publicação de trechos bíblicos seria proibida.

O escalado para vencer a resistência dos evangélicos é o advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias — ele também um evangélico. Fará uma série de encontros com líderes religiosos e parlamentares, começando pelos mais moderados, para vender o peixe.

O objetivo é combater a desinformação e tentar convencer os religiosos que eles também são vítimas das fake news.

## Vai que eles ganham

Deputados da oposição estão de olho na MegaSena da Virada, que vai pagar pouco mais de meio bilhão de reais, no último sorteio do ano, amanhã, às 20h. Formaram dois grupos de bolão, com 100 participantes cada, incluindo parlamentares e servidores dos gabinetes da Câmara. A cota é de R\$ 200 por cabeça. Entre os que aderiram estão os bolsonaristas Zé Trovão (PL-SC), Filipe Barros (PL-PR), Coronel Chrisóstomo (PL-RO), Sargento Fahur (PSD-PR) e Carlos Jordy (PL-RJ), entre outros.

Hoje, um deputado recebe salário de R\$ 41,6 mil, que aumentará para R\$ 44 mil a partir de fevereiro de 2024, devido à terceira parcela da recomposição dos vencimentos, aprovada em 2022, que será de 5,66%.

Mas, por superstição ou motivos políticos, os opositoristas resistem em assinalar o número 13 nas apostas.

## PDT fecha com Boulos

O PDT decidiu apoiar a candidatura do deputado Guilherme Boulos (PSol-SP) à prefeitura paulistana. O anúncio será feito em um evento em 8 de janeiro, segundo o presidente da legenda — e ministro da Previdência —, Carlos Lupi. Conforme disse, a data reafirma o compromisso com a democracia. Boulos lidera as pesquisas e tem apoio de PT, PV, Rede, PCdoB e PV.

Pela posição estratégica da capital paulista, até Lula deve apoiá-lo diretamente durante a campanha. O principal adversário é o atual prefeito, Ricardo Nunes, que não está muito longe nas pesquisas. O páreo promete ser duro.

Há ainda o elemento Bolsonaro, que entrará na disputa em 2024, já que ainda há dúvidas se o ex-presidente apoiará Nunes ou o deputado Ricardo Salles (PL-SP).

Colaborou Evandro Éboli

## PODER

# Aumento de 106% para emendas

Alexandre Padilha compara primeiro ano de Lula com o último de Bolsonaro. Foram R\$ 34 bilhões contra R\$ 17 bilhões, em 2022

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Alexandre Padilha, afirmou, ontem, que o valor empenhado em emendas parlamentares este ano foi mais que o dobro em relação ao último ano do governo passado. Segundo ele, foram destinados R\$ 34,681 bilhões para emendas, um aumento de 106,1% quando comparado com os R\$ 16,824 bilhões de 2022.

Entende-se por empenho o dinheiro reservado para quitar serviços concluídos ou compras entregues. O ministro disse que a destinação do dinheiro leva em conta o conhecimento dos parlamentares para as diferentes realidades locais.

Além do aumento do montante total, Padilha salientou que todas as quantias separadas para as demandas segmentadas do Parlamento tiveram elevação. Conforme disse, para as demandas individuais dos parlamentares, o aumento foi de 93% a mais do que em 2022, chegando a R\$ 20,6 bilhões. Para as bancadas, o crescimento foi de 27,2%, no total de R\$ 7,3 bilhões. Nas emendas de comissão, o reajuste foi de

2.050% — saiu de R\$ 308 milhões para R\$ 6,6 bilhões.

O ministro comentou, também, o aumento da quantia que é voltada aos municípios indicados pelos parlamentares — as chamadas transferências especiais. Este ano, de acordo com Padilha, será pago todo o montante inicial de R\$ 7,09 bilhões, além de R\$ 1,7 bilhão de restos deixados pelo governo anterior.

## Caravana Federativa

Padilha afirmou que foi criada a Caravana Federativa, que levará representantes de vários ministérios para se encontrar com prefeituras e governos estaduais a fim de esclarecer sobre como funciona, pela via da legalidade, a liberação e aplicação dos recursos. As reuniões têm, também, o objetivo de deixar claro para os poderes políticos locais quem está repassando o recurso — e, assim, ampliar a presença do governo federal com vistas às eleições municipais, turbinando os candidatos que terão o aval do Palácio do Planalto.

As emendas parlamentares são conhecidas como moeda de

Valter Campanato/Agência Brasil



Segundo o ministro das Relações Institucionais, nas emendas de comissão o reajuste de valores foi acima de 2.000%

troca para a aprovação de projetos do governo no Congresso. Mas, mesmo com o aumento do valor desse recurso, o Executivo

não foi capaz de impedir derrotas nas duas Casas.

O primeiro grande revés sofrido pelo Planalto foi em 3 de

maio, quando 295 deputados derrubaram trechos de dois decretos editados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva com

regras vistas por parlamentares e pelo mercado como afronta ao Marco Legal do Saneamento, em vigor desde 2020. O governo pretendia dar sobrevida à operação de estatais do setor e favorecê-las em disputa de concessões. Resultado: teve o apoio de apenas 136 parlamentares, dos 513 que compõem Câmara, na análise da matéria.

Um dia antes, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), adiou a votação do PL das Fake News, cuja redação, alterada pelo deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), era de interesse do governo. O texto foi fatiado para facilitar a tramitação, mas a votação foi mais uma vez adiada e o texto continua emperrado na pauta da Câmara. O Planalto, porém, quer desengavetá-lo assim que a atividade legislativa for retomada (**leia mais na coluna Brasília-DF**).

Outra derrota mal digerida pelo governo foi a aprovação da tese do Marco Temporal das terras indígenas pelo Congresso — derrubada dos vetos de Lula. Na Câmara, a matéria foi aprovada por 283 x 155, com o apoio de 98 parlamentares da base do Planalto. (**Colaborou Fabio Grecchi**)

## PRESÍDIOS

# TCU cobra do governo saldo de aplicação de verba nas prisões

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MP-TCU) pediu que se apure se o recurso público está de fato sendo bem utilizado nos presídios. Em representação enviada ontem, o subprocurador-geral do MPTCU, Lucas Rocha Furtado, destacou as

“condições precárias” das prisões no país e ressaltou que o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) recebe “valores vultuosos”. Pediu também a apuração de “possíveis falhas na condução de políticas públicas no sistema penitenciário brasileiro, sob responsabilidade

da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen)”.  
O orçamento do Funpen, em 2023, foi de R\$ 605 milhões. O fundo é administrado pela Senappen, que repassa recursos às unidades da Federação e financia o sistema penitenciário nacional. “Atualmente, portanto, há a destinação de recursos em valores vultuosos ao Funpen, porém com a efetividade das políticas públicas conduzidas com esses recursos se mostrando

baixa”, salientou Furtado.

## 17 mil mortos

O documento destaca uma reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* que informa terem morrido 17 mil pessoas em presídios brasileiros nos últimos 10 anos. “Vê-se que milhares de pessoas que deveriam ser acolhidas pelas políticas públicas de responsabilidade da Senappen estão sendo submetidas a condições

precárias. Impressiona o número de 17 mil mortos em presídios nos últimos anos, em especial considerando a análise de especialistas quanto à evitabilidade dessas mortes”, diz a representação do MPTCU.

Segundo dados do Sistema Nacional de Informações Penais (Sisdepen), 913 pessoas morreram em presídios estaduais de janeiro a junho deste ano. A população prisional é de 649 mil, sendo 644 mil pessoas em unidades geridas

pelas unidades da Federação.

Em novembro deste ano, Cleriston Pereira da Cunha, de 46 anos, preso por participação na tentativa de golpe de 8 de janeiro, morreu depois de sofrer um mal súbito no Complexo Penitenciário da Papuda, no Distrito federal. Ele tinha informado à Justiça que sofria de uma vasculite aguda, que o fazia desmaiar e ter falta de ar no presídio. Cleriston estava no Centro de Detenção Provisória II (CDP II).